

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/02/2023 a 28/02/2023

Indexação: "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/12

001.1.57.C	Sessão Extraordinária - CN	02/02/2023-15:06
Publ.: DCN - 2/3/2023 -	ARTHUR LIRA-PP -AL	
CONGRESSO NACIONAL	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

Saudações às autoridades presentes. Desafio do Parlamento brasileiro de pacificação do País. Ocorrência de agressões à democracia brasileira. Retomada do ambiente de plena normalidade democrática, após os ataques de extremistas às sedes dos Poderes da República. Aprovação, pelo Congresso Nacional, da chamada PEC da Transição e de propostas de combate à pandemia de coronavírus e à miséria. Prioridade do Parlamento brasileiro na reforma tributária e na aprovação de novo regime fiscal. Manutenção pela Casa de intensa interlocução com a sociedade brasileira. Amadurecimento da democracia brasileira. Votos de profícuo desempenho do mandato parlamentar aos novos legisladores, com vista ao enfrentamento de grandes desafios nacionais.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL. Para discursar.) - Exmo. Sr. Senador da República Rodrigo Pacheco, Presidente da Mesa do Congresso Nacional e do Senado da República, a quem aproveito para parabenizar pela recondução à Presidência do Senado para o biênio 2023-2025; Exma. Sra. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Rosa Weber; Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República, Sr. Rui Costa; Procurador-Geral da República, Sr. Augusto Aras; 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Sr. Deputado Luciano Bivar; Exmos. Sras. e Srs. Embaixadores, Encarregados de Negócios e membros do corpo diplomático presentes nesta sessão; Sras. e Srs. Ministros de Estado; Sras. e Srs. Deputados e Senadores; Presidente do Tribunal Superior de Justiça, Sra. Ministra Maria Thereza de Assis Moura; Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Sr. Ministro Lelio Bentes Corrêa; demais autoridades e convidados presentes; senhoras e senhores, o início de uma legislatura sempre é marcado pela esperança e pelo propósito de trabalharmos com afinco para que o Brasil seja cada vez mais democrático, próspero e socialmente justo.

Este ano temos mais um desafio, não menos importante, que é o de contribuir

para a pacificação nacional. Somos, por excelência, abertos, para que o confronto de ideias e de visões de mundo sirvam para somar, e não para erguer barreiras de ódio e revanchismo. No Parlamento, adversários se respeitam e trabalham juntos em prol dos mais elevados interesses nacionais.

Recentemente, nossa democracia passou por uma de suas mais duras provas. O dano ao patrimônio material e imaterial da nação foi imensurável, mas o fato de estarmos aqui reunidos neste Plenário, menos de um mês após os ataques, num ambiente de plena normalidade democrática, mostra a força das nossas instituições.

As agressões covardes à democracia explicitaram o fato de que o Poder Legislativo não se confunde com o prédio onde ele funciona. O Parlamento são os senhores e as senhoras reunidos, escolhidos pela vontade do povo brasileiro consagrada nas urnas, povo a quem devemos honrar e servir com o melhor do nosso empenho e dedicação.

Manifesto aqui minha firme disposição de dialogar e colaborar com os demais Poderes da República para alcançarmos esses objetivos e estou certo de que os esforços das Sras. e dos Srs. Parlamentares serão indispensáveis nesse sentido.

O Parlamento sempre defenderá sua autonomia e o nosso sagrado direito à liberdade de expressão, porque essa é a essência mesma da democracia que se materializa nos mandatos dos Senadores e Deputados que periodicamente renovam a vontade popular expressa nas urnas.

Uma mostra inequívoca do espírito de colaboração do Parlamento foi dada no final do ano passado, com a célere aprovação da chamada PEC da transição, que assegurou ao Governo eleito os recursos necessários para a manutenção do valor pago às famílias beneficiárias de programas de assistência social.

Nos últimos três anos, enfrentamos uma emergência sanitária sem precedentes e conseguimos dar uma resposta à altura do desafio, aprovando medidas que evitaram o agravamento da miséria no país.

Os efeitos da pandemia ainda se fazem sentir e é necessário que este Parlamento, renovado, construa o arcabouço legislativo necessário para retomarmos o crescimento econômico, associado, sempre, à responsabilidade social.

Entre as pautas prioritárias para este ano, destaco a reforma tributária e a aprovação de um novo paradigma fiscal. Não tenho dúvidas de que a simplificação do nosso sistema tributário terá efeitos positivos na arrecadação e na justiça social. O Brasil há muito clama por uma solução definitiva para esse desafio.

Essa questão pontual se insere, é claro, no contexto da busca por uma sintonia fina entre os objetivos econômicos e as prioridades sociais, que são muitas.

Integrar essas duas linhas de trabalho é imprescindível para que o Brasil reencontre o caminho do crescimento com responsabilidade.

Senhoras e senhores, desde a redemocratização o Congresso Nacional tem mantido uma intensa interlocução com a sociedade, e asseguro minha firme disposição de manter abertos e fortalecidos todos os canais de diálogo com a nação. Tenho a convicção de que este é o caminho para que o Parlamento possa realizar plenamente a sua função constitucional.

A democracia é o nosso farol e a defesa da liberdade é o que nos dá força para seguir em frente. Somos uma democracia madura e o Congresso Nacional será sempre o espaço para o debate franco, onde o encontro dos contraditórios conduz a uma síntese que representa o verdadeiro interesse nacional.

Por fim, desejo a todos uma legislatura de trabalho frutífero e capaz de enfrentar os grandes desafios nacionais. Que a nós sejam dados discernimento e determinação para cumprir esta elevada missão, honrando a confiança em nós depositada pelas brasileiras e brasileiros.

Muito obrigado a todos! (*Palmas.*)

Documento 2/12

3.2023	Sessão Ordinária - CD	07/02/2023-00:00
Publ.: DCD - 2/8/2023 -	Neto Carletto-PP -BA	
	ENCERRAMENTO	OUTROS DISCURSO

Sumário

Compromisso de atuação em defesa da melhoria das condições de vida do povo do Estado da Bahia e do País. Empenho na fiscalização de atos do Poder Executivo, bem como na execução de obras, programas e políticas públicas. Transcurso do 10º aniversário do Estatuto da Juventude. Defesa de utilização do potencial criativo e produtivo da juventude brasileira. Reflexos da Covid-19 sobre o aprendizado de jovens e adolescentes. Importância, para o futuro dos jovens brasileiros, dos investimentos governamentais no setor educacional e em políticas de geração de emprego e renda.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO NETO CARLETTTO.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande alegria que me dirijo, na condição de Deputado Federal, aos meus colegas neste plenário e ao povo brasileiro, especialmente ao povo baiano. Reforçando o juramento feito no dia da posse nesta Casa, procurarei honrar os votos dos mais de 164 mil eleitores que depositaram em mim

a confiança para representá-los nos próximos 4 anos.

Chego à Câmara dos Deputados com o vigor e a energia de um jovem de 26 anos, pronto para acolher os anseios da população, debater e apresentar propostas que visem a melhorar as condições de vida dos brasileiros. Mais do que aprovar leis, vamos fiscalizar os atos do Poder Executivo e cobrar a execução de ações, programas e políticas públicas que ajudem a transformar a dura realidade enfrentada pelos brasileiros mais desamparados.

Jovem que sou, pretendo ser, nesta Casa, um porta-voz desta parcela da população que tem sofrido duramente as penas da falta de oportunidades nos campos da educação, da formação profissional, da inserção no mercado de trabalho, do lazer, da cultura e de outras demandas essenciais.

Neste ano, celebramos 10 anos de vigência do Estatuto da Juventude, lei concebida para aprofundar e apontar caminhos em relação aos direitos dos jovens brasileiros. Infelizmente, teremos um balanço entristecedor de conquistas e de avanços obtidos na primeira década deste instrumento legal tão importante para o País.

Cerca de 50 milhões de brasileiros estão na faixa de 15 a 29 anos de idade. É um mar de gente que deveria estar sendo priorizada em uma série de ações governamentais, para que o País possa vislumbrar um futuro promissor nas áreas social, econômica, ambiental e científica, entre outras, pois sabemos que o investimento no jovem é a diretriz mais certa para a obtenção de grandes resultados no futuro.

Não podemos desperdiçar o potencial criativo e produtivo da juventude, sob pena de amargarmos, nas próximas décadas, desastrosos índices de desenvolvimento, competitividade, sustentabilidade e inovação.

Como resultante de muitos fatores que afetam não só o Brasil, nossa população está envelhecendo. No cenário que se apresenta, perder o bonde da história se traduz em deixar passar a oportunidade que ainda detemos, ou seja, abrir mão dos talentos e da inteligência dos jovens para estruturar o Brasil de amanhã.

São muitos os desafios que temos pela frente. O impacto da pandemia da COVID-19 na educação dos adolescentes e jovens, por exemplo, ainda não pode ser totalmente medido. Entretanto, é mais certo que teremos de lidar com um grande declínio nos níveis de aprendizado e de qualificação profissional daqueles que estão na porta de entrada do mercado de trabalho.

De acordo com dados do IBGE, em 2020 quase 28% da

população da faixa etária de 15 a 29 anos estava no grupo chamado de “nem-nem”, aqueles que não estudam nem trabalham. É preciso compreender as razões que levaram a este quadro e onde estão os principais entraves que têm de ser superados para melhorar este panorama. Mais que isso, é imprescindível que sejam tomadas providências para enfrentar os efeitos nefastos que esta realidade pode ter sobre todos nós.

Quando o País investe em educação básica, em cursos profissionalizantes, no ensino superior e em políticas de geração de emprego, estão pavimentando os caminhos que serão trilhados pelos jovens que vão ser o suporte do nosso futuro. Quando, associadamente a estes investimentos, valorizamos as políticas de esporte, de lazer e de cultura, proporcionamos o ambiente ideal para que as novas gerações desenvolvam plenamente suas potencialidades.

Cabe lembrar, senhoras e senhores, que as ações voltadas para a população jovem exigem não apenas transversalidade e engajamento de múltiplas pastas governamentais, mas também sinergia entre todas as esferas da administração pública, para que estas alcancem suas finalidades. Os Governos Estaduais e as Prefeituras são instâncias que também devem estar atentas e dedicadas a atuar pontual e articuladamente em programas voltados para a população jovem.

Estamos no começo de uma legislatura e de um novo governo. É esta a melhor hora para traçarmos planos e irmos a campo para construir a sociedade com que sonhamos. Aos jovens de todo o Brasil quero dizer que terão em mim um aliado nesta jornada por mais empregos e menos violência, por mais educação e menos insegurança, por mais oportunidades e menos exclusão, por mais acesso a bens e serviços e por menos preconceitos. Olhar para o jovem é aproximar o Brasil que temos do Brasil que queremos.

Muito obrigado.

Documento 3/12

4.2023

Sessão Ordinária - CD

08/02/2023-18:12

Publ.: DCD - 2/9/2023 - Dorinaldo Malafaia-PDT -AP

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao eleitorado amapaense pela assunção do mandato parlamentar. Recusa, pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro, à aquisição de vacinas

contra a Covid-19. Compromisso de atuação em defesa dos trabalhadores e da saúde pública. Pedido às bancadas situacionistas de assinatura do requerimento de criação de CPI destinada à investigação de responsabilidades pela tragédia ocorrida com o povo yanomami.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos os nobres Deputados.

Venho a esta tribuna, neste primeiro mandato, primeiramente para agradecer a gentileza e, logicamente, a confiança do povo amapaense. Chegar a este Parlamento, depois de muita luta e de enfrentamento daquela que foi a maior tragédia sanitária que nós já vivemos, a pandemia, sem dúvida alguma é um momento muito importante. Eu digo isso porque o fruto deste mandato e desta vitória se deu exatamente no momento em que Bolsonaro, através de uma política negacionista, privou uma infinidade de pessoas, o que inclui muitos amapaenses, de receber assistência e vacina no enfrentamento da pandemia.

Nosso mandato é fruto exatamente deste reconhecimento popular. A população entendeu quão importante é ter figuras que, na luta política, atuavam contra o negacionismo. Eu quero dizer a todos os trabalhadores e a todas as trabalhadoras do meu Estado que nossa posição neste Parlamento será da defesa intransigente da classe trabalhadora, da saúde pública, do lado de não encobrir os crimes que bolsonaristas e, principalmente, secretários e Ministros do Governo anterior cometeram.

Ainda há pouco, nós recebemos uma informação importante do Deputado Pastor Henrique Vieira, que trouxe um relatório que mostra os crimes cometidos, inclusive o que está acontecendo hoje, diante da tragédia que atinge os ianomâmis. Eu queria deixar claro que nós, com a bancada do cocar, já lançamos uma proposta de CPI, pois é inadmissível que este Congresso inicie uma legislatura sem tratar, à altura, do que tem sido a tragédia ianomâmi.

Nós estamos protocolando uma CPI e solicitamos às bancadas do PT, do PCdoB, do PV e do PDT, nossa bancada, que se incorporem mais firmemente na coleta de assinaturas. Não é possível que isso passe em branco e que esta Casa não trate deste assunto com uma CPI. Nós precisamos coletar assinaturas para que esta CPI seja aprovada. Nós precisamos enfrentar esta tragédia. Mesmo nos períodos mais brandos da ditadura militar, já tinha havido uma CPI para tratar de tragédias que vitimaram indígenas. Lamentavelmente, nós não temos um debate desta natureza hoje nesta Casa, e nós queremos estabelecer um canal de diálogo com todos os Parlamentares.

Finalizo, Sr. Presidente, pedindo o apoio dos Deputados desta Casa para que assinem a lista e ajudem na criação da CPI da tragédia ianomâmi. Este fato não pode passar em branco, sem que esta Casa debata profundamente o que esta

tragédia representa. O Deputado Pastor Henrique Vieira trouxe, como eu disse, um relatório do Ministério dos Direitos Humanos sobre esta tragédia. Muitas crianças foram estupradas, e nós sabemos o que isso significa.

É preciso deixar claro que não haverá anistia. Nós somos contra qualquer tipo de anistia a esses criminosos. Daqui para a frente, temos muitas lutas e muita unidade no campo progressista para derrotar aqueles que tentam esconder os crimes e o genocídio praticados contra o povo ianomâmi.

Muito obrigado.

Documento 4/12

5.2023	Sessão Ordinária - CD	09/02/2023-00:00
Publ.: DCD - 2/10/2023 -	Geraldo Resende-PSDB -MS	
	ENCERRAMENTO	OUTROS DISCURSO

Sumário

Balanço da gestão do orador à frente da Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos últimos 4 anos, na condição de Deputado Federal licenciado, optei por aceitar o honroso cargo de Secretário Estadual de Saúde no meu querido Estado de Mato Grosso do Sul.

Ao aceitar o convite do então Governador Reinaldo Azambuja para comandar a Pasta da Saúde, jamais imaginava a tarefa que teria pela frente, como, aliás, os senhores e senhoras também nunca teriam feito a previsão de que enfrentaríamos uma das mais terríveis pandemias que já assolaram a humanidade.

Quando aceitei a nova missão na Pasta da Saúde, tinha como uma das principais metas consolidar a regionalização da saúde, projeto

que também como Secretário Estadual de Saúde tinha iniciado no ano 2000, com um planejamento e ações que previam o fortalecimento das estruturas nas micro e macrorregiões nas quais foi dividido o Estado de Mato Grosso do Sul, no liminar do século XXI, sob o nosso comando.

Ocorre que, passados 20 anos daquele pontapé inicial, muitas ações ficaram no papel, ou não tiveram prosseguimento, como fora planejado. Necessário se fazia, portanto, retomar aquele projeto, agora atendendo a um novo chamamento, e foi a essa tarefa que nos propusemos.

Ao assumir a Secretaria Estadual de Saúde, em 1º de janeiro de 2019, montamos uma equipe e iniciamos os levantamentos e diagnósticos para a retomada do processo de regionalização da saúde em Mato Grosso do Sul. Com esses estudos em mãos e com o conhecimento que já tínhamos da realidade, já que nesta Casa sempre estivemos atentos às demandas de meu Estado, diversas ações começaram a ser definidas para se consolidarem nos 4 anos seguintes.

No entanto, no início de 2020 — portanto, com pouco mais de 1 ano à frente daquela Pasta —, a pandemia da COVID-19 chegou ao Brasil, e o combate a essa doença absorveu a maior parte dos recursos financeiros e humanos, além de horas extras de trabalho, bem como a tomada de decisões às vezes até nas madrugadas, feriados e finais de semana.

O resultado de nosso trabalho na luta contra a pandemia é conhecido pela maioria do povo brasileiro.

Montamos um bem elaborado plano logístico, que incluiu ações de distribuição de insumos, medicamentos, aparelhos e equipamentos de proteção individual (EPIs), tanto para a população quanto para os profissionais de saúde de todos os 79 Municípios sul-mato-grossenses;



instituímos incentivos financeiros para as equipes municipais de saúde que realizaram plantões de atendimento, principalmente para o avanço da imunização; criamos centros de testagem nos principais Municípios e uma logística de distribuição de vacinas que possibilitava que as doses que chegavam à capital, Campo Grande, na noite de um dia, já estavam nos Municípios na manhã do dia seguinte.

Outro ponto a destacar como responsável pelo sucesso deste trabalho foi a união que conseguimos construir com os 79 Municípios de Mato Grosso do Sul, principalmente com os Prefeitos e Prefeitas; e Secretários e Secretárias Municipais de Saúde. Falamos uma linguagem única, que tinha por objetivo a defesa da vida dos sul-mato-grossenses.

O mantra que elaboramos, denominado “lugar de vacina é no braço e não na geladeira” surtiu um efeito fantástico, contagiando milhares de profissionais da saúde, que não mediram esforços para lutar pela salvação de vidas, muitos dos quais colocando em risco a própria vida e de suas famílias.

Só assim, senhores e senhoras, podemos entender por que Mato Grosso do Sul figurou, por mais de 8 meses consecutivos, em primeiro lugar no *ranking* nacional de vacinação contra a COVID-19, fato que levou diversos Governadores e Secretários Estaduais de Saúde a nos questionarem qual a razão desse sucesso; e nós dizíamos: o segredo é a construção da unidade.

Sou médico formado pela Universidade Federal do Ceará e, ainda acadêmico, cerrei as fileiras junto àqueles que defendiam a criação do Sistema Único de Saúde, o SUS.

Por isso, muito embora a pandemia tivesse consumido momentos importantes de nosso tempo e nossas energias durante a passagem

pela Secretaria Estadual de Saúde, com total apoio do Governador Reinaldo Azambuja, demos seguimento à regionalização, e o resultado desse trabalho iremos explicitar oportunamente nesta Casa, com mais detalhes.

Por ora, quero resumir dizendo que esse processo avançou, e muito, e ainda está em andamento, abraçado que foi pelo novo Governador de meu Estado, Eduardo Riedel.

Entre as ações que encaminhamos neste período, destaca-se a conclusão das obras do Hospital Regional da Costa Leste Magid Thomé, no Município de Três Lagoas; o avanço na construção do Hospital Regional de Dourados, que terá, anexo, um moderníssimo centro de diagnóstico e centro de especialidades médicas, cujas obras foram viabilizadas com recursos que conquistei nesta Casa, no Orçamento Geral da União de 2016; a ampliação, revitalização e reformas de dezenas de outras unidades hospitalares, como a Santa Casa de Corumbá, o Hospital Regional de Amambai, a construção da Clínica da Mulher em Maracaju, recursos para a reconstrução do Hospital Municipal de Naviraí e Caarapó, a implantação de alas de UTIs em Municípios onde não existia esse serviço, a implantação de núcleos de hemodiálise, além da entrega de ambulâncias, viaturas e equipamentos hospitalares.

Uma das nossas ações mais sensíveis foi a implantação do Programa Bem Nascer, voltado para a redução da mortalidade materno-infantil, que teve a adesão de todos os 79 Municípios do Estado, os quais receberam aparelhos com tecnologia de ponta, como ultrassonografia, capacitação e recursos para revitalizações ou construções de espaços para melhor atendimento à saúde da mulher, bem como para capacitação das equipes já existentes e contratação de

mais profissionais.

Forçoso é destacar, neste resumo, o lançamento dos programas Opera MS e Examina MS, com a realização de consultas, exames e cirurgias de baixa, média e alta complexidade em todas as regiões do Estado, procedimentos que se encontravam represados por causa da pandemia da COVID-19.

Estamos novamente nesta Casa com a cabeça erguida e o sentimento do dever cumprido, não por considerar findas as demandas da saúde, mas por termos pavimentado o caminho que poderá resultar num SUS mais perto daquilo que projetamos quando, estudante de medicina, sonhávamos com uma saúde de qualidade e de acesso a todos os brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

Documento 5/12

6.2023	Sessão Ordinária - CD	14/02/2023-19:28
Publ.: DCD - 2/15/2023 -	Sâmia Bomfim-PSOL -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Pedido à Casa de apoio para aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 40, de 2022, sobre revogação de dispositivo da Lei Complementar nº 173, de 2020, para restituição da contagem de período aquisitivo de servidores, vedada pelo Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV2 (COVID19).

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Comunico aos Líderes, em especial aos partidários, que nós entramos com um pedido de urgência para que se aprove o Projeto de Lei Complementar nº 40, de 2022, que diz que precisamos revogar aquilo que foi definido na Lei Complementar nº 173, de 2020, que congelou a contagem de tempo para

concessão de benefícios e direitos a servidoras e servidores.

Sabemos que o Governo Bolsonaro foi muito ruim para os servidores brasileiros, e agora que estamos num momento de retomada, de reconstrução e de reparação de injustiças, nós achamos que revogar essa decisão é fundamental. Vejam: no contexto da pandemia, os servidores trabalharam muito, em especial os de áreas como a saúde, e, por uma medida completamente arbitrária, que, infelizmente, depois foi referendada pelo Congresso Nacional, esse tempo de trabalho e dedicação não está sendo contado para quinquênio, triênio, sexta parte e reajuste salarial. Por isso, a nossa proposta de revogação, através do PLP 40, ao qual eu peço apoio.

Obrigada.

Documento 6/12

6.2023	Sessão Ordinária - CD	14/02/2023-20:20
Publ.: DCD - 2/15/2023 -	Professora Luciene Cavalcante-PSOL -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apresentação do Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2023, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, para contagem do tempo de período aquisitivo de anuênios, triênios, quinquênios, sexta-parte, licença-prêmio e demais mecanismos equivalentes, durante período de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Apoio à luta das professoras do Município de Mendonça, Estado de São Paulo, pela efetivação do pagamento do piso salarial nacional do magistério na municipalidade.

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Boa noite. Muito obrigada, Presidente.

Quero cumprimentar todos os telespectadores que estão nos acompanhando e todos os colegas Parlamentares.

Hoje eu subo a esta tribuna para divulgar o meu primeiro projeto protocolado, o Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2023, que trata de uma reparação necessária ao conjunto dos servidores públicos do nosso País, na União, nos Estados e nos Municípios.

Durante o Governo Bolsonaro foi sancionada a Lei Complementar nº 173, de 2020, que congelou as carreiras dos servidores públicos, congelou os quinquênios, a sexta parte e as promoções equivalentes. E nós servidores

públicos — assistentes sociais, profissionais da educação, membros do Ministério Público, defensores públicos, técnicos dos Tribunais de Contas —, atuamos na linha de frente no enfrentamento da pandemia. Então, nós precisamos revogar o artigo da LC 173 que congelou os quinquênios e o tempo de serviço do conjunto dos servidores. Peço apoio a todos os Deputados e Deputadas para que possamos fazer justiça aos servidores públicos. E nós também lançamos um abaixo-assinado para mostrarmos a força dessa necessidade de reparação.

Aproveito, Presidente, para manifestar apoio à luta das professoras da cidade de Mendonça, no interior do Estado de São Paulo. Elas lutam pelo pagamento do piso salarial nacional do magistério. Isso é um direito pelo qual lutamos historicamente. E se trata de um volume pequeno de recursos. Desde 2008, conquistamos essa importante garantia de respeito e valorização do conjunto do magistério, mas, infelizmente, muitos Municípios e muitos Estados insistem em não cumprir a lei do piso salarial. Diante dessa negação de direito, cabe a nós a organização, a resistência e a luta. E hoje as professoras de Mendonça foram à luta para fazer a sua reivindicação. Presto meu apoio a essa luta.

Peço que este discurso seja disponibilizado em todas as redes de comunicação da Casa.

Muito obrigada.

Documento 7/12

7.2023	Sessão Ordinária - CD	15/02/2023-15:40
Publ.: DCD - 2/16/2023 -	Osmar Terra-MDB -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Representação da população brasileira pela Câmara dos Deputados. Indicativo de fim da pandemia de Covid-19 no Brasil com a redução da média semanal de óbitos em face da imunidade natural adquirida pela população. Congratulações ao Conselho Federal de Medicina - CFM pela contestação de resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção facial nos aeroportos e aeronaves. Inexistência de evidências científicas justificadoras do uso obrigatório do item. Sanção de lei pelo Governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, relativa à proibição da exigência de apresentação do comprovante de vacinação contra a Covid-19 para acesso a locais públicos e privados. Ineficácia da vacina de Covid-19 na imunização da população.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Pela ordem. Sem revisão do



orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero sempre começar a minha fala — nós estamos vivendo um momento em que é importante lembrar isto — dizendo que todo o poder emana do povo, está na Constituição, e esse poder será exercido pelos seus representantes, que são os Deputados Federais, mais do que os Senadores, que são representantes dos Estados, e mais até do que os cargos do Executivo. Quem representa o conjunto da sociedade brasileira é a Câmara dos Deputados. O poder está aqui; não é na Justiça; não é no Executivo. O maior poder é o poder da Câmara dos Deputados — nós não podemos nos esquecer disso. Vamos estar juntos, vamos impedir excessos e não vamos deixar o Brasil ir para trás. É a vontade do povo brasileiro que nós temos que respeitar, e quem a representa somos nós.

Eu quero dar uma boa notícia. Pela primeira vez, desde o início da pandemia, nós tivemos um dia em que não houve nenhuma morte no Brasil e tivemos a média semanal de 33 óbitos por dia. Essa é a menor média desde a terceira semana de março de 2020, o que indica que a pandemia está indo para o fim, e isso acontece em âmbito mundial também. É o menor índice de mortes da pandemia desde o seu início, em 2020.

Quero aproveitar para cumprimentar o nosso Conselho Federal de Medicina, que tomou uma postura adequada. Nós estamos com uma decisão absurda da ANVISA de usar máscara em avião.

Ora, a máscara nunca impediu contágio, é algo mais psicológico do que um fato. Não há nenhuma evidência científica de que a máscara impeça o contágio desse vírus. Vamos supor até que impedisse; cadê a exigência do uso de máscara em transportes coletivos? Por que só dentro do avião?

O nosso Conselho maior de medicina, em âmbito nacional, tomou a decisão de dizer que é livre o uso da máscara: quem quiser usa, quem não quiser não usa. Não é mais uma questão de saúde pública.

Quero ressaltar aqui, Sr. Presidente, a decisão do Governador de São Paulo, que não está exigindo mais o certificado de vacinação. Esta foi uma das aberrações da pandemia: a pessoa ter que andar com certificado para dizer que não ia contaminar, quando todos os vacinados estavam contaminando. Essa vacina é diferente das outras, porque ela nunca impediu o contágio, nunca imunizou a população. É importante dizer que o Governador Tarcísio de Freitas tomou a decisão correta, que nós temos que levar em consideração, até em virtude de a pandemia estar indo para o fim.

Depois nós vamos fazer um grande debate aqui sobre os erros cometidos na condução desta pandemia, principalmente pelos Governadores, com *lockdowns* absurdos, que nunca diminuíram o contágio, tampouco ajudaram a salvar vidas.

Quero deixar estas duas referências aqui, tanto para o Conselho Federal de Medicina quanto para o Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. É livre o

uso de máscaras. Não é preciso ser obrigatória a vacinação. Aliás, o Lula disse que para ter direito ao Bolsa Família...

Presidente, eu fui Ministro, na época do Bolsa Família, e era exigido de todo mundo o certificado de vacinação e o comparecimento à escola — 75% de presença dos filhos — para poder receber o benefício. Ele fez uma confusão. Uma coisa é a vacina testada e já consagrada; outra é a vacina que nós estamos fazendo. Já se está na sétima dose da vacina, agora com a bivalente, e as cepas com que ela trabalha não existem mais. Isso é para dizer que estão fazendo alguma coisa.

Essas vacinas não têm tido o resultado que se esperava, elas não imunizaram. Tanta gente pegou esse vírus, que quase 80% da população está com a imunidade natural, para combater a letalidade no mundo. Portanto, 80% da população com imunidade natural derruba qualquer pandemia, independentemente da vacina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 8/12

7.2023	Sessão Ordinária - CD	15/02/2023-15:48
Publ.: DCD - 2/16/2023 -	Osmar Terra-MDB -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Crítica aos trabalhos e resultados da CPI do Senado Federal destinada à investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus no País (CPI da Covid). Defesa de realização de Comissão Geral pela Casa destinada ao debate ampliado sobre a pandemia de Covid-19.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu respeito a sua opinião e gostaria que fosse respeitada a minha. Eu fui chamado a uma CPI da COVID como se estivesse cometendo um crime porque coloquei em dúvida o *lockdown*, o que aconteceu. É só fazer a conta do que o *lockdown* evitou de morte no Brasil. Não evitou nada. E a vacina também não é eficaz, Presidente. Não é por isso, é porque ela tem que estar com o vírus. Ela está sendo feita depois que a cepa já terminou. Ela está correndo atrás das cepas e não as está atingindo.

Então, eu acho que nós deveríamos ter uma sessão geral da Câmara, porque só houve uma opinião única. A grande mídia, todo mundo só falava de um lado, não é, Presidente? Então, eu quero ter a oportunidade de mostrar dados, fatos,

pesquisas e fazer um grande debate, até para não repetirmos esse erro. Acho que deve haver uma sessão geral aqui da Casa. Os Deputados têm o direito de ter acesso à informação contraditória.

Documento 9/12

9.2023	Sessão Ordinária - CD	28/02/2023-00:00
Publ.: DCD - 3/1/2023 -	Ana Paula Lima-PT -SC	
	ENCERRAMENTO	OUTROS DISCURSO

Sumário

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero destacar hoje duas importantes ações do Governo do Presidente Lula na área da saúde. A primeira é a volta do Zé Gotinha, símbolo nacional da vacinação, que representa o início do Movimento Nacional pela Vacinação no País. A segunda é a realização das Conferências Municipais de Saúde em todo o Brasil, que debatem o fortalecimento do Sistema Único de Saúde — SUS.

Vivemos nos últimos anos tempos sombrios para a saúde do povo brasileiro, com um Presidente que ficou conhecido como "coveiro", que negou a ciência e foi responsável por cerca de 700 mil vidas perdidas para o coronavírus e mais de 37 milhões de casos da doença.

Sras. e Srs. Deputados, graças a Deus, o Brasil vive novamente a gestão de um Presidente que defende a ciência e que valoriza a vida!

O Movimento Nacional pela Vacinação no País inicia a distribuição de doses bivalentes para o grupo prioritário, nesta primeira etapa. Na sequência, a vacinação se estenderá para a população que

ainda precisa concluir o esquema básico de proteção — a primeira e a segunda doses e as doses de reforço.

Quero fazer um apelo aos pais para que levem seus filhos para serem vacinados, mesmo aqueles que acreditaram nas mentiras do ex-Presidente Bolsonaro, que, embora tenha negado a vacina, se vacinou, enganando o povo brasileiro. Agora, com a queda do sigilo de 100 anos, a verdade veio à tona.

Atualmente, cerca de 19 milhões de brasileiros estão com a segunda dose da vacina contra a COVID-19 em atraso, além de 68,6 milhões, que não voltaram para receber a primeira dose de reforço e 30,2 milhões atrasados com a segunda dose de reforço. Por isso, o Presidente Lula quer toda a população imunizada.

Sras. e Srs. Deputados, a saúde vive outro momento. O Presidente Lula mostra que quer governar com a participação popular, ouvindo os profissionais da saúde, que estão na ponta e sentem na pele as dificuldades no atendimento à saúde.

Quero destacar a realização das etapas municipais da 17ª Conferência Nacional de Saúde em todo o País, em que os profissionais da saúde estão debatendo o fortalecimento do SUS (Sistema Único de Saúde).

Em Santa Catarina, os Municípios de todas as regiões do Estado têm realizado conferências municipais preparatórias, elegendo delegados e elencando propostas que serão destinadas às etapas estadual e nacional.

A cidade de Blumenau realiza nesta quinta-feira a etapa municipal da Conferência de Saúde, à qual estarei presente, para debater e ouvir os profissionais da saúde para, juntos, fortalecermos a compreensão da saúde e da democracia como pilares fundamentais do

projeto de desenvolvimento nacional e da qualidade de vida da população brasileira.

Com o tema *Garantir direitos e defender o SUS, a vida e a democracia — amanhã vai ser outro dia*, a etapa nacional da 17ª Conferência Nacional de Saúde será realizada de 2 a 5 de julho de 2023 em Brasília.

Os debates estão centrados em quatro eixos: o Brasil que temos e o Brasil que queremos; o papel do controle social e dos movimentos sociais para salvar vidas; a garantia de direitos e a defesa do SUS, da vida e da democracia e amanhã será outro dia para todos, todas e todos.

Quero encerrar com uma frase de Paulo Freire, que nos ensinou que todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. Temos de saber o que fomos, para saber o que seremos.

Assim, para que possamos fazer novas manhãs do Brasil que queremos, é fundamental traçarmos um panorama do Brasil que temos e entendermos de quem são as responsabilidades pelo esfacelamento dos compromissos institucionais imposto ao País, particularmente nos últimos 4 anos.

Antes de encerrar, quero reforçar o compromisso do Presidente Lula de pagar o piso da enfermagem, que, tenho certeza, será efetivado nas próximas semanas.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

Sumário

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO MAX LEMOS.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar, nesta Casa, que protocolei nesta tarde mais um projeto de lei de minha autoria que dispõe sobre emendas parlamentares individuais e de bancada, em natureza de custeio e investimento na prestação de auxílio financeiro pelo Fundo Nacional de Saúde — FNS às Santas Casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS).

Com a nossa proposta, o Fundo Nacional de Saúde — FNS repassará diretamente às Santas Casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), a título de subvenção social, recursos oriundos de emenda parlamentar individual e de bancada alocadas através do Orçamento-Geral da União — OGU.

É bom lembrar que a execução dos recursos de que trata esse projeto de lei deverá observar o teto e meta já pactuada ou a ser pactuada, conforme necessidade local e nos termos do convênio, contrato ou qualquer outro instrumento.

Trago aqui informações públicas de que o segmento hospitalar filantrópico brasileiro responde por mais de 55% da assistência SUS no País, sendo que, notadamente na alta complexidade, este percentual é superior a 70%; e de que são quase 2 mil hospitais distribuídos em todo o Brasil, sendo

que em alguns Estados os filantrópicos predominam entre as estruturas hospitalares.

Esta rede assistencial filantrópica oferece aos brasileiros 170 mil leitos hospitalares, dos quais 127 mil estão conveniados com o SUS, sendo 24 mil leitos de Unidades de Terapia Intensiva — UTIs. Toda essa estrutura mantém cerca de 1 milhão de empregos diretos, e, indiretamente, mais de 3 milhões de pessoas dependem economicamente desses postos de trabalho. Em 926 Municípios, as Santas Casas e hospitais filantrópicos caracterizam-se como a única unidade de saúde existente.

O atual cenário de saúde pública assola todos os Estados do País, no qual a rede de Santas Casas e hospitais filantrópicos protagonizam a assistência através do SUS, tanto na capacidade instalada de leitos de UTI como nas enfermarias clínicas. Notadamente, nos últimos anos, conduziram celeremente o segmento para um colapso econômico e financeiro, decorrente da exponencial taxa de contágio da COVID-19, com superlotações generalizadas, alto custo do processo assistencial e déficits na prestação de serviços, frente à contraprestação estabelecida pelo sistema.

A exemplo do que afirmamos, indubitavelmente verificamos uma exponencial elevação de custos com insumos hospitalares, como anestésicos, antibióticos, oxigênio, equipamentos de proteção individual (EPIs); adequações de estruturas físicas; investimentos em tecnologias e descarte de resíduos, entre outros. Ademais, em relação a recursos humanos, a incidência de custos elevadíssimos, pela diversidade de categorias profissionais que integram o processo assistencial na área de intensivismo; falta de mão de obra especializada e qualificada; alta incidência de hora-extra e



contratações temporárias; insalubridade em grau máximo para todos os profissionais de saúde, tudo tornando-se insustentável e desequilibrando a relação receitas/despesas destas instituições.

Da forma como se encontra o financiamento da saúde pública — e sem alcance previsto ou estabelecido de novos recursos para dar cobertura a este cenário —, o colapso financeiro é iminente e já não há mais capacidade de endividamento do segmento. Por outro lado, com todas as adequações exigidas pelo cenário imposto pela pandemia, as Santas Casas e hospitais sem fins lucrativos tiveram fulminante impacto nas suas receitas e seus modelos de financiamento. Retirou-se dessas instituições qualquer condição de equilíbrio econômico e financeiro, pois, sob esta ótica, com a advento de pandemia de COVID-19, os volumes assistenciais prestados à parcela de clientes privados e da saúde suplementar foram dramaticamente reduzidos, o que diminuiu fatalmente a capacidade das instituições de prover a cobertura necessária para suportar o desequilíbrio da atividade SUS.

Por fim, todo o cenário acima exposto está a exigir a vital e imediata destinação de recursos para custeio e investimento destas instituições hospitalares, que, como já citado, formam uma rede de hospitais determinante para o SUS, única em abrangência territorial no País.

Entendo que esse projeto de lei vem em justo socorro das Santas Casas e hospitais sem fins lucrativos, reconhecendo o papel essencial que realizam na saúde pública.

Peço que registrem este pronunciamento nos Anais da Casa e no programa *A voz do Brasil*.

9.2023 Sessão Ordinária - CD 28/02/2023-16:00
Publ.: DCD - 3/1/2023 - Pedro Uczai-PT -SC

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO DISCURSO

Sumário

Lançamento do Movimento Nacional pela Vacinação pelo Governo Luiz Inácio Lula Silva. Liberação de recursos federais para bolsas de iniciação científica no ensino médio, de graduação e pós-graduação. Destinação de recursos, pelo Governo Federal, para investimentos em hospitais no Estado de Santa Catarina. Recriação do Programa Minha Casa, Minha Vida e do Programa Bolsa Família. Reconstrução do Brasil pelo Governo petista após gestão desastrosa do ex-Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, não completamos nem 2 meses de governo do Presidente Lula e já vemos muitas ações. Começamos esta semana com um novo gesto e uma nova mensagem para o povo brasileiro com o Movimento Nacional pela Vacinação, para cuidar da vida, para proteger a vida, porque o Governo anterior promoveu a morte de quase 700 mil brasileiros e brasileiras. Uns chamam de crime contra a humanidade, outros chamam de projeto que proliferou o vírus e a morte. E o Lula anuncia um plano nacional de vacinação...

O SR. LUIZ LIMA (Bloco/PL - RJ) - Isso que é um absurdo dizer, que o Bolsonaro matou 700 mil pessoas! Isso é que não deveria poder ser dito nesta Casa. Isso é um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Nobre Deputado... nobre Deputado...

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC) - Está nervoso por quê, Deputado?

O SR. LUIZ LIMA (Bloco/PL - RJ) - Isso é uma mentira! Isso é um absurdo! É um absurdo acusar um Presidente de matar 700 mil pessoas!

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC) - Presidente, quero ter o direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Eu peço aos nobres Deputados que, por favor, respeitem a fala dos Deputados que estão na tribuna, porque todos aqui estão tendo o direito de falar, de se expressar. Eu peço a V.Exas. que respeitem o tempo do nobre Deputado que está na tribuna.

Retomaremos o tempo de V.Exa., Deputado Pedro Uczai, para que V.Exa. possa concluir...

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC) - Não é para concluir, não. Eu não consegui falar.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Tem V.Exa. a palavra pelo tempo de 3 minutos.

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, comemoro com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o anúncio de um plano de vacinação para proteger a vida, para proteger o povo brasileiro, porque o Governo anterior não cuidou da vida, não cuidou do povo brasileiro e, da forma como conduziu a crise sanitária, permitiu que o Brasil, um país com 3% da população do planeta, tivesse 11% de mortes causadas pela COVID no mundo, chegando ao número de quase 700 mil brasileiros e brasileiras mortos.

O Governo do Presidente Lula anunciou 2,8 bilhões de reais para a educação, para bolsas de estudo de iniciação científica no ensino médio, para bolsas de estudo na graduação, para correção dos valores das bolsas da pós-graduação, porque a melhor herança que um Presidente pode deixar para o povo brasileiro é a educação, com escolas e universidades.

O Presidente da República anunciou que vai cuidar da saúde e da vida. Para Santa Catarina, o meu Estado, serão destinados agora 110 milhões de reais para dezenas de hospitais, a fim de que se possa cuidar do povo catarinense, do povo brasileiro.

O Governo Federal anunciou recursos para o Minha Casa, Minha Vida, porque, nos últimos 4 anos, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, não houve construção de uma casa para o povo, não houve um contrato para construção de casas de interesse social. É o Presidente Lula que olha para o povo, que olha para os mais pobres e que desenvolve uma política habitacional para dar ao povo o direito a uma casa, com o Minha Casa, Minha Vida.

O Bolsa Família garante às famílias 600 reais por mês, mais 150 reais para cada criança até os 6 anos de idade.

Este é um novo Brasil, que vai se transformando e se reconstruindo diante da barbárie e da tragédia de 33 milhões de brasileiros que passam fome por causa de um governo irresponsável, que concentrou a renda e a riqueza nos especuladores, deixando para nós a maior, a mais abusiva, a mais criminosa taxa de juros do planeta: 13,75%. Isso é um crime de lesa-pátria! Essa é a herança maldita que o ex-Presidente deixou para este País.

Mas nós vamos reconstruir o País e torná-lo digno para todo o povo brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 12/12

9.2023 Sessão Ordinária - CD 28/02/2023-15:24

Publ.: DCD - 3/1/2023 - Carlos Veras-PT -PE

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Comparações entre os Governos Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, até que enfim começamos a ver que realmente agora temos vacina no braço e comida do prato. Com o início da campanha oficial de vacinação — o genocida anterior trabalhou tanto para que o povo brasileiro não fosse vacinado, ocasionando a morte de 700 mil pessoas devido à irresponsabilidade de um governo que não cuidava do povo brasileiro. O povo estava morrendo por falta de vacina e morrendo de fome. Mas hoje, com a recriação do CONSEA, começamos a dar outro tratamento à população.

Cuidando e combatendo de verdade a fome e garantindo comida no prato da população brasileira, não só vamos combater a fome, como também vamos discutir o tipo de alimentos que vamos alimentar a população brasileira: sem venenos ou com menos venenos. O Governo anterior queria matar o povo sem vacina, sem comida e com venenos, porque bateu o recorde com a liberação de venenos.

Hoje temos um governo que olha para a sociedade brasileira e a respeita, que se preocupa de verdade com as pessoas, que não quer envenená-las e muito menos quer tirar os direitos da população, como fez o Governo anterior.

Nós temos de volta o Programa Minha Casa, Minha Vida, para aquecer o setor da construção civil, gerar emprego e renda e garantir moradia digna para a população mais carente.

Nós temos reajuste do salário mínimo com ganho real. Vocês governaram 6 anos e não reajustaram o salário mínimo, não tiveram a dignidade de fazer o reajuste com ganho real, quiseram o tempo todo deixar a população brasileira, os aposentados, os assalariados à margem da sociedade.

Nós temos agora isenção na tabela do Imposto de Renda de até dois salários mínimos. E, com a reforma tributária, vamos avançar muito mais.

Nós estamos trabalhando na saúde, na educação, retomando a construção das creches, das escolas, paralisadas pelo governo da morte, da fome, do veneno, que deixou este País como deixou.

Por isso, senhores e senhoras, dias melhores já surgiram. Em menos de 60 dias, já fizemos muito mais do que foi feito nos 4 anos do governo do genocídio, do veneno, da fome e do desemprego.

Viva a sociedade brasileira! Vivam aqueles lutam todo dia para poder fazer com que as pessoas possam acordar, tomar café, almoçar e jantar!

Dias melhores virão, porque confiamos integralmente na competência do Presidente Lula.
